

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSP

CLASS. : 1298

DATA : 06 10 90

PG. : 4

Comissão prevê nova política indigenista



Yuugi Makiuchi

Da Sucursal de Brasília

A ação tutelar do Estado em relação ao índio brasileiro deverá ser reorientada durante o Governo Collor. Essa questão foi discutida hoje pelo grupo de trabalho interministerial encarregado de elaborar propostas para a política indigenista do governo federal, em sua quarta reunião. O único índio integrante da comissão, Jorge Terena, representante da Secretaria Especial do Meio Ambiente, acha que a tutela deve continuar a existir, "mas é preciso garantir que ela seja exercida em favor do tutelado".

Segundo Terena, o Estado sempre usou "erroneamente" a ação tutelar. "Ela sempre favoreceu o tutor e não o índio", disse.

O assunto apenas começou a ser discutido pela comissão, que é formada por representantes dos ministérios da Justiça, Saúde, Ação Social e Educação, e das secretarias do Meio Ambiente e de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Na próxima reunião, marcada para o dia 10, será discutida a questão fundiária (demarcação regularização e patrimônio indígena) e meio ambiente. Para alterar o Estatuto do Índio (lei 6.001), que dispõe sobre a ação tutelar do Estado em seus artigos de 7 a 11, o grupo vai encaminhar as propostas ao ministro Bernardo Cabral, da Justiça, que as enviará ao presidente Collor que, por sua vez, deve encaminhar as sugestões ao Congresso.

Cantideo Guerreiro, presidente da Fundação Nacional do Índio